



PREFEITURA DE
**SENHOR DO
BONFIM**
Cidade - Bahia - 48.970-000

SECRETARIA DE
ADMINISTRAÇÃO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA 00191/2026

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM	
SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA: Leandro da Cruz Feitosa – Secretário de Administração	
E-MAIL:	TELEFONE:
OBJETO: Implementação de infraestrutura de rede local com cabeamento estruturado e tecnologia wireless com fornecimento de materiais, bem como instalação, configuração e ativação de equipamentos, além da manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e gerenciamento centralizado da solução. () Serviço não continuado (X) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra () Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra () Material de consumo () Material permanente / equipamento	
FORMA DE CONTRATAÇÃO (SUGERIDA): () Modalidades da Lei n.º 14.133/2021: (X) Pregão Eletrônico (Adjudicação por menor Preço e Lote Único) () Dispensa/Inexigibilidade () Adesão à IRP (intenção de Registro de Preços) de outro Órgão () Modalidade Compra Institucional (Chamamento Público)	
A JUSTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: 1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA Órgão Demandante: Secretaria Municipal de Administração 2. CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA 2.1. Qual o Problema Identificado? A Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA enfrenta ausência completa de infraestrutura de rede local estruturada em sua nova sede administrativa, impossibilitando: - A comunicação digital entre secretarias e setores administrativos; - O compartilhamento de arquivos, informações e recursos computacionais; - O acesso simultâneo a sistemas corporativos e bases de dados centralizadas; - A integração entre os equipamentos de TI já adquiridos pela Administração; - A operacionalização de serviços essenciais que dependem de conectividade interna. O problema central reside na incompatibilidade entre a infraestrutura física do prédio reformado e as necessidades tecnológicas modernas da Administração Pública, caracterizada pela inexistência de cabeamento estruturado, pontos de rede organizados, cobertura wireless profissional e equipamentos ativos adequados para suportar as operações administrativas. 2.2. Qual o Público Diretamente Impactado? O problema impacta diretamente os seguintes públicos: Servidores públicos municipais: Aproximadamente 150 servidores que atuarão na nova sede administrativa, impossibilitados de executar suas atividades laborais de forma digital e colaborativa; Gestores públicos: Secretários municipais, coordenadores de departamentos, diretores, privados de acesso a informações gerenciais, indicadores de desempenho e sistemas de tomada de decisão; Cidadãos de Senhor do Bonfim: População de aproximadamente 80 mil habitantes que depende dos serviços públicos municipais das diversas áreas: saúde, educação, assistência social, arrecadação, cujos atendimentos poderão ser prejudicados pela inoperância dos sistemas informatizados estratégicos e de tomada de decisão da Secretaria de Administração, Secretaria de Planejamento e Integração, Secretaria de Finanças e Orçamento e Gabinete do Prefeito; Fornecedores e prestadores de serviços: Empresas que interagem com a Administração Municipal através de portais eletrônicos e licitações; Órgãos de controle externo: Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA), Ministério Público. Controle Interno: Secretaria de Controle e Transparência Municipal, além do próprio controle social, que dependem da transparência e tempestividade das informações disponibilizadas eletronicamente nos portais oficiais. 2.3. Quais os Impactos Caso Nada Seja Feito? A manutenção da situação atual sem tratamento adequado gerará os seguintes impactos: IMPACTOS OPERACIONAIS: Impossibilidade de ocupação integral da sede reformada: Investimento de recursos públicos na reforma do prédio não poderá ser aproveitado integralmente, mantendo a dispersão de secretarias em diversos endereços, podendo onerar o município pela permanência de locação de imóvel; Interrupção ou morosidade no Fluxo Processual: folha de pagamento, controle patrimonial, controle contábil e demais fluxos processuais poderão ficar inoperantes ou morosos, devido à necessidade de despachos digitais para o prosseguimentos por meio dos escalões superiores, a exemplo de despachos da Procuradoria, Controle Interno, Secretaria de Administração e Gabinete do Prefeito; Retorno a processos manuais: Protocolos em papel, arquivos físicos, tramitação manual de documentos e retrabalho administrativo; Perda de investimentos em TI: Computadores, servidores, impressoras de rede e licenças de software já adquiridos permanecerão ociosos ou subutilizados.	



IMPACTOS PARA O CIDADÃO:

- **Mitigação da qualidade dos serviços públicos:** Atrasos no atendimento, indisponibilidade de serviços finalísticos diversos (saúde, educação, assistência social, causando lentidão na autorização e emissão de documentos;
- **Interrupção de serviços essenciais devido a interoperabilidade dos sistemas eletrônicos das secretarias: (ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL):** Marcação de consultas médicas, matrículas escolares, emissão de notas fiscais eletrônicas, certidões e alvarás comprometidos;
- **Redução da transparência pública:** Dificuldade de acesso a informações públicas, acompanhamento de processos administrativos e dados da gestão municipal.

IMPACTOS INSTITUCIONAIS:

- **Risco de descumprimento de obrigações legais:** Prestação de contas aos órgãos de controle, publicação de dados no Portal da Transparência, cumprimento de prazos da Lei de Acesso à Informação;
- **Ineficiência na gestão de recursos públicos:** Impossibilidade de monitoramento de indicadores, controle de gastos, acompanhamento de metas e execução orçamentária em tempo real;
- **Comprometimento da imagem institucional:** Percepção pública de ineficiência, morosidade administrativa e desalinhamento com práticas de governança digital moderna.

2.4. Quais Resultados Pretende-se Alcançar?

Com a implementação da infraestrutura de rede local, pretende-se alcançar os seguintes resultados mensuráveis:

RESULTADOS TÉCNICOS:

- **Cobertura de rede de 100% das áreas administrativas:** Todos os pavimentos, salas e ambientes da sede com conectividade cabeada e wireless funcional;
- **Disponibilidade de rede de 99%:** Infraestrutura confiável com interrupções inferiores a 7,2 horas por mês;
- **Capacidade de suporte a 200+ dispositivos simultâneos:** Atendimento da demanda atual e crescimento projetado de 20% nos próximos 24 meses;
- **Velocidades de transmissão adequadas:** 1 Gbps em cabeamento estruturado, até 2,4 Gbps em wireless, garantindo fluidez nas operações.

RESULTADOS OPERACIONAIS:

- **Operacionalização integral da nova sede:** Centralização de 50% das secretarias e principais órgãos municipais em um único endereço, reduzindo custos de aluguel e facilitando a integração entre setores (Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e Orçamento, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, Procuradoria Jurídica, Secretaria de Planejamento e Integração, Secretaria de Controle e Transparência e Gabinete do Prefeito. Tal medida mitigará os custos com aluguel de imóvel com estimado em R\$ 436.800,00 (ciclo de quatro anos). Vide tabela demonstrativa:

PREVISÃO DE CUSTOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS				
Contrato nº	Local	Valor Unitário/Mês	Valor Anual	Ciclo de 4 (quatro) Anos
0414/2022	Central Shopping - 2º Andar	R\$ 7.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 336.000,00
0103/2023	Central Shopping - 1º Andar	R\$ 2.100,00	R\$ 25.200,00	R\$ 100.800,00
TOTAL		R\$ 9.100,00	R\$ 109.200,00	R\$ 436.800,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim - Diretoria de Contratos

- **Aumento de 30% na produtividade administrativa:** Redução de tempo em processos de compartilhamento de arquivos, consultas a sistemas e comunicação intersecretarial;
- **Eliminação de processos manuais redundantes:** Tramitação digital de documentos por meio da Implementação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), protocolo eletrônico, assinatura digital e gestão documental informatizada;
- **Aproveitamento de 100% dos investimentos em TI:** Ativação plena de computadores, servidores, impressoras de rede e sistemas corporativos já adquiridos e existentes.

RESULTADOS PARA O CIDADÃO:

- **Redução de 30% no tempo médio de atendimento:** Acesso rápido a informações cadastrais, históricos e sistemas de consulta pelo servidor que atende o cidadão;
- **Disponibilização de serviços digitais:** Agendamentos online, emissão de certidões pela internet, acompanhamento de processos administrativos em tempo real;
- **Aumento da transparência pública:** Continuidade das Publicações tempestiva de dados no Portal da Transparência, relatórios gerenciais e indicadores de desempenho.

3. SITUAÇÃO ATUAL E HISTÓRICO DE ENFRENTAMENTO

3.1. Como a Administração Vem Tratando Este Problema?

Até o momento, a Administração Municipal adotou as seguintes medidas para mitigar parcialmente o problema:

- **Reforma predial (em andamento):** Contratação de empresa especializada para requalificação do prédio da sede administrativa, através da Tomada de Preços 006/2023 (Processo Administrativo 0781/23), que originou o Termo de Contrato nº 0116/2024, contemplando adequações civis, elétricas e de infraestrutura;
- **Aquisição emergencial de equipamentos:** Compra fragmentada de computadores, impressoras e switches básicos sem planejamento integrado de rede, resultando em equipamentos ociosos ou operando de forma isolada;



- **Manutenção de estrutura dispersa onerosa:** Secretarias municipais continuam operando em múltiplos endereços alugados, cada um com infraestrutura tecnológica precária e independente, onerando o erário com custos de locação (aproximadamente R\$ 9.100,00 mensais) e dificultando a integração administrativa;
- **Uso de soluções paliativas:** Transferência de arquivos por pen drives, comunicação via aplicativos de mensagens pessoais (WhatsApp), compartilhamento de dados em nuvens públicas não corporativas e impressão de documentos para tramitação física.

Essas medidas, embora necessárias no contexto de ausência de planejamento anterior, **são insuficientes, ineficientes e não sustentáveis a médio e longo prazo**, representando paliativos que não atacam a causa raiz do problema: a inexistência de infraestrutura de rede local profissional e estruturada.

3.2. Qual a Situação Atual Frente ao Problema?

Atualmente, a Administração Municipal encontra-se na seguinte situação:

DIAGNÓSTICO INFRAESTRUTURAL:

- **Prédio reformado sem infraestrutura de rede:** O imóvel passou por reforma civil e elétrica, mas não contemplou cabeamento estruturado, pontos de rede organizados ou preparação para instalação de equipamentos ativos wireless;
- **Equipamentos adquiridos ociosos:** Computadores, impressoras de rede e servidores armazenados aguardando a implementação da infraestrutura necessária;
- **Inexistência de cobertura wireless:** Nenhum ponto de acesso sem fio profissional instalado, impossibilitando o uso de dispositivos móveis (tablets, smartphones, notebooks) para atividades administrativas;
- **Ausência de equipamentos de core de rede:** Nenhum roteador, switch gerenciável ou firewall corporativo disponível.

IMPACTOS OPERACIONAIS IMEDIATOS:

- **Sede administrativa LOCADA (Praça Nova do Congresso, 2º Andar):** Com 100% da área ocupada, a rede estrutural de computadores é precária e atua como limitação de desempenho em grande parte dos pontos de rede com cabeamento 100/100, ou seja, o máximo de 100MB/s. Tal fato reduz sobremaneira o desempenho da internet/rede, que deveria operar em 1000/1000 (1 Gbps);
- **Custos mensais de locação mantidos:** Despesa de aproximadamente R\$ 9.100,00/mês com aluguéis de imóveis;
- **Acesso aos Sistemas informatizados dificultados/morosos:** Sistemas de arrecadação, folha, patrimônio, contábil, licitação, contratos com altas taxas de latências;
- **Servidores operando com recursos tecnológicos precários:** Cabeamentos de rede/internet com limitações de desempenho, ausência de backup ou redundância de serviços de rede, vulnerabilidade a ataques cibernéticos por meio de infraestrutura de redes Wi-fi.

NECESSIDADE URGENTE DE INTERVENÇÃO:

A situação caracteriza **urgência na contratação**, uma vez que:

- A reforma predial está em fase de conclusão;
- Os investimentos em equipamentos de TI não estão gerando retorno esperado à sociedade e ao próprio quadro de pessoal;
- Os custos de locação de imóveis continuam onerando o erário desnecessariamente;
- A eficiência administrativa permanece comprometida, prejudicando a qualidade dos serviços públicos.

4. ANÁLISE PRÉVIA DE ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO

4.1. É Possível Perceber Mais de Uma Forma de Resolver?

Sim. Durante o a elaboração da formalização da demanda a equipe de TI deste Município evidenciou **três alternativas possíveis** para implementação da infraestrutura de rede, cada uma com características técnicas, custos e prazos distintos:

Alternativa	Características	Vantagens	Desvantagens
ALT 1: Aquisição de equipamentos + execução própria	Compra de materiais e equipamentos via licitação; instalação pela equipe técnica municipal	Menor custo inicial; controle direto sobre especificações	Equipe municipal insuficiente (apenas 2 técnicos). Somando-se a esta situação, a Administração deverá disponibilizar curso de capacitação com escopo sobre a implementação de cabeamento estruturado e configurações dos ativos de rede; prazo estimado de 6 meses; ausência de garantia integrada; responsabilidade fragmentada.
ALT 2: Contratação parcial (somente infraestrutura passiva)	Contratação apenas de cabeamento estruturado; equipamentos ativos adquiridos separadamente	Foco especializado na infraestrutura física; certificação de rede garantida	Necessidade de segunda licitação para equipamentos; risco de incompatibilidade técnica; ausência de responsável único; maior complexidade de gestão
ALT 3: Contratação integrada (solução completa) [RECOMENDADA]	Contratação de empresa para fornecimento de materiais, equipamentos, instalação, configuração, suporte e manutenção integrados	Responsabilidade técnica única; garantia integrada; prazo reduzido (60 dias); suporte especializado; economia de escala; gestão contratual simplificada	Custo inicial aparentemente maior (compensado pela eficiência e pela eliminação de custos indiretos)

5. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

A contratação encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, conforme publicação no Diário Oficial Municipal edição 5.792/Ano 13, de 16 de dezembro de 2025.

O valor estimado será mantido em **caráter sigiloso** até a conclusão do processo licitatório (fase de lances), conforme Art. 24 da Lei 14.133/2021, preservando a competitividade entre licitantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ENCAMINHAMENTOS

O presente Documento de Formalização da Demanda (DFD) atende aos requisitos estabelecidos pela Lei 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, demonstrando:

- **A caracterização clara do problema** (ausência de infraestrutura de rede);



- **O público diretamente impactado** (servidores, gestores e 80 mil cidadãos);
- **Os impactos da não contratação** (inoperância de sistemas, prejuízo aos cidadãos);
- **Os resultados pretendidos** (disponibilidade 99%, aumento de 30% na produtividade);
- **O histórico de enfrentamento** (medidas paliativas insuficientes);
- **A situação atual** (sede em estágio de finalização de reforma, custos de locação de imóveis momentâneos mantidos);
- **A análise de alternativas** (3 alternativas avaliadas, justificativa da escolha).

PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO: 60 dias corridos a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Vigência contratual: 12 meses, prorrogável nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

GRAU DE PRIORIDADE: Urgente

MEMBROS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS:

Equipe de Planejamento da Contratação (EPC):	Marcelo Alcântara de Passos, Técnico de Informática. Mat. 3196; Lea Caroline L de C. Malta – Arquiteta e Urbanista – CAU/BA A2447323-2. Mat. 5733
Responsável pela Gestão do Contrato:	Brenda Maria Dantas Rodrigues Shade - Matrícula nº. 7529
Responsáveis pela Fiscalização do Contrato:	Edson Santos da Silva. Mat. 5847

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA: Sim, anexo a este processo

UNIDADE E SERVIDOR RESPONSÁVEL PARA ESCLARECIMENTOS: Secretaria Municipal de Administração

ANEXOS:

1. PRÉ-PROJETO DA ENGENHARIA (PLANTA BAIXA E PREVISÃO DE EQUIPAMENTOS)

Diante do exposto,
solicita-se autorização da autoridade competente para prosseguimento do processo de contratação, mediante elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR) e demais documentos necessários à deflagração do procedimento licitatório.

Senhor do Bonfim, Bahia, 12 de maio de 2026.

Leandro da Cruz Feitosa
Secretário Municipal de Administração